

Heterotopias do presente: ficção, desvio e deriva em Michel Foucault¹

Heterotopias of the present: fiction, deviation, and drift in Michel Foucault

Marcos N. Beccari ^[a] ^[b] 

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Universidade Federal do Paraná (UFPR) | ^[b] Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação em Educação

Como citar: BECCARI, Marcos N. Heterotopias do presente: ficção, desvio e deriva em Michel Foucault. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 38, e202634053, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/2965-1557.038.e202634053>

Resumo

Este artigo propõe uma releitura do conceito foucaultiano de heterotopia a partir de sua dimensão temporal e ficcional, deslocando-o de uma compreensão estritamente espacial. Argumenta-se que a heterotopia não designa lugares irreais ou exteriores à ordem, mas dispositivos imanentes ao presente que desestabilizam suas coordenadas de inteligibilidade, expondo a coexistência de tempos, espaços e modos de existência heterogêneos. A partir da oposição entre utopia e heterotopia, da metáfora da deriva naval e do exame do dilema temporal do presente, o texto sustenta que as heterotopias operam como ficções do presente, capazes de reinscrever o real sem negá-lo. Em diálogo com autores como Didi-Huberman, Preciado e Rosset, defende-se que a heterotopia pode ser compreendida como um princípio ontológico-ficcional, isto é, como uma prática de estranhamento que torna visíveis as potencialidades não realizadas do presente e reconfigura os limites do pensável e do possível.

Palavras-chave: Heterotopia. Presente. Ficção. Michel Foucault. Temporalidade.

¹ Este trabalho é parte da pesquisa *Design-ficção como releitura do presente: dilemas heterotópicos nos estudos especulativos*, realizada com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 401586/2023-5.

[a] [b] Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), e-mail: contato@marcosbeccari.com

Abstract

This paper offers a reinterpretation of Michel Foucault's concept of heterotopia by emphasizing its temporal and fictional dimensions, thereby moving beyond a strictly spatial understanding. It argues that heterotopias do not designate unreal or external places, but rather immanent dispositifs of the present that destabilize its coordinates of intelligibility, revealing the coexistence of heterogeneous times, spaces, and modes of existence. Drawing on the opposition between utopia and heterotopia, the metaphor of nautical drift, and an analysis of the temporal dilemma of the present, the article contends that heterotopias function as fictions of the present, capable of reinscribing reality without negating it. In dialogue with authors such as Didi-Huberman, Preciado, and Rosset, the paper proposes understanding heterotopia as an ontological-fictional principle, that is, as a practice of estrangement that renders visible the unrealized potentials of the present and reconfigures the limits of the thinkable and the possible.

Keywords: Heterotopia. Present. Fiction. Michel Foucault. Temporality.

Introdução: o problema da utopia

Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama (Foucault, 2001, p. 411).

Em seu texto de posfácio do livro *O enigma da revolta*, que compila entrevistas inéditas de Foucault sobre a Revolução Iraniana, Christian Laval (2019) identifica a ideia de uma “experiência utópica” como uma constante que atravessa todo o pensamento foucaultiano. Embora Laval reconheça que a noção tradicional de utopia sempre fora alvo de crítica por parte de Foucault, ele também argumenta que certo gesto utópico “se encontra ao mesmo tempo na experiência do Fora, na transgressão, na experiência das virtualidades da linguagem própria à literatura moderna, na experiência da loucura ou na da sexualidade” (*ibidem*, p. 109-110). Assim, Laval se refere à ênfase foucaultiana em torno de práticas de liberdade enquanto motores históricos e vetores das transformações subjetivas, o que segundo ele se sobrepõe à análise das matrizes normativas de comportamento, dos saberes, das relações de poder etc.

Ocorre que, ao fim e ao cabo, Laval parece apenas querer renomear aquilo que, creio, estaria mais relacionado à heterotopia enquanto experiência alteradora: “A utopia seria de alguma forma essa travessia, com seus riscos e perigos, dos limites impostos à existência [...] é uma vontade de viver de outro modo, um desejo de pensar de outro modo” (*ibidem*, p. 125). Claro que, nesse texto, o autor prioriza o envolvimento pessoal de Foucault em dois eventos históricos, a saber, o Maio de 1968 e a Revolução Iraniana. Também é verdade que a noção de heterotopia foi muito pouco explorada na vasta obra de Foucault. Entretanto, para um comentador igualmente atento como Georges Didi-Huberman (2018, p. 76), trata-se de “um conceito que será crucial em todas as dimensões do pensamento de Foucault — da epistemologia à política, passando pela estética”.

Proponho, nesse ínterim, revisitar e ampliar esse conceito simultaneamente obscuro e profícuo, sobretudo em suas implicações valorativas em nossa lida com o tempo presente, traçando diálogos pontuais com filósofos contemporâneos como Paul B. Preciado, Georges Didi-Huberman e Clément Rosset. Tomo como pressuposto que, em vez de designar lugares irreais e ilusórios, a heterotopia diz mais respeito a lugares reais e localizáveis. Ademais, ao contrário das utopias, que costumam representar o triunfo da ordem, uma vez que são lugares em que as coisas funcionam como supostamente deveriam, compreendo que as heterotopias abalam os parâmetros que legitimam o espaço-tempo idealizado das utopias.

Antes de tudo, convém revisar brevemente o itinerário desse conceito. Como se sabe, no prefácio de *As palavras e as coisas*, Foucault (1999) parte do embaraço provocado por certa enciclopédia chinesa descrita por Jorge Luis Borges para estabelecer a oposição entre utopia e heterotopia: enquanto a primeira consola, posto que o seu não lugar não é senão o de uma fábula que se instala confortavelmente na ordem das relações e dos discursos, a heterotopia perturba e inquieta, por ser um campo operatório pelo qual “as coisas aí são ‘deitadas’, ‘colocadas’, ‘dispostas’ em lugares a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um *lugar-comum*” (p. xii-xiii). Nesse contexto, Foucault (2020, p. 26) estava mais interessado em

propor, como ele enuncia em *A arqueologia do saber*, que nos “inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares”, questionando a legibilidade de tudo o que pode ser pensado.

Em 1966, mesmo ano da primeira publicação de *As palavras e as coisas*, Foucault (2013) proferiu duas conferências radiofônicas: “O corpo utópico” e “As heterotopias”. Na primeira, o corpo é caracterizado ao mesmo tempo como “topia implacável” e “utopia soberana”, uma vez que “está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico” (*ibidem*, p. 14), de sorte que somente por meio da alteridade seria possível “existir, enfim, fora de toda utopia, com toda a densidade, entre as mãos do outro” (*ibidem*, p. 16). De forma complementar, em “As heterotopias” Foucault aborda os “lugares reais fora de todos os lugares” (*ibidem*, p. 20), elegendo a figura do navio como metáfora principal desse “lugar sem lugar” (*ibidem*, p. 30). Assim como o corpo, o navio se isola parcialmente do espaço circundante, sendo ambos espaços intervalares, limiares onde se fica, por certo tempo, entre o dentro e o fora.

Em 1967, no texto “Outros espaços”, Foucault (2001, p. 415) retorna às heterotopias como “espécies de utopias efetivamente realizadas [...] espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis”. Embora o texto reproduza boa parte da segunda conferência supracitada, aqui a heterotopia também aparece enquanto dispositivo concreto que articula lugares incompatíveis e tempos heterogêneos, socialmente isolados, mas simbolicamente penetráveis: “uma espécie de contestação ao mesmo tempo mítica e real do espaço em que vivemos” (*ibidem*, p. 416), “um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real, todos os posicionamentos no interior dos quais a vida humana é compartimentalizada” (*ibidem*, p. 420).

Foucault descreve a função heterotópica a partir de seis princípios. O primeiro afirma que toda sociedade produz heterotopias, que podem assumir a forma de heterotopias de crise — típicas de sociedades tradicionais, ligadas a momentos biológicos ou rituais de passagem, como a puberdade, a menstruação, a viagem de núpcias ou o serviço militar — ou de heterotopias de desvio, mais frequentes na modernidade, como prisões, clínicas psiquiátricas e casas de repouso. O segundo princípio indica que as heterotopias não são fixas: ao longo da história, podem ser extintas, deslocadas ou transformadas, como ocorreu com as casas de prostituição ou com os cemitérios, que migraram dos centros urbanos para as periferias e passaram a acumular funções simbólicas, culturais e recreativas.

O terceiro e o quarto princípios dizem respeito a aspectos constantes das heterotopias. Elas se caracterizam pela justaposição, em um espaço real, de múltiplos espaços ou tempos normalmente incompatíveis, como ocorre no cinema, no teatro, nos jardins zoológicos, nos jardins e nos tapetes persas. Além disso, estão frequentemente associadas a recortes específicos do tempo: lugares de acúmulo temporal, como museus, bibliotecas e cemitérios; espaços efêmeros ou festivos, como feiras e colônias de férias; ou ainda instituições de passagem e transformação, como colégios e casernas.

Os dois últimos princípios enfatizam o modo de funcionamento das heterotopias. Elas operam por sistemas de abertura e fechamento que as isolam e, ao mesmo tempo, permitem seu acesso, como prisões, saunas, banhos turcos ou hotéis. Por fim, podem criar espaços de ilusão que revelam o caráter ilusório do espaço social dominante ou, inversamente, espaços outros concebidos como mais ordenados e perfeitos. Foucault acrescenta ainda exemplos dispersos como máscaras, tatuagens e maquiagens, entendidas como dispositivos que deslocam o corpo para um espaço outro, de natureza imaginária.

Desse modo, ao distinguir a heterotopia da utopia e reinscrevê-la no interior dos espaços reais e localizáveis, Foucault não apenas desloca um problema clássico da filosofia política e social, mas inaugura um campo de investigação marcado pela ambiguidade, pela instabilidade e pelo limiar. A heterotopia não aponta para um “fora” consolador, mas para um desarranjo imanente às próprias condições que tornam o mundo inteligível. É a partir dessa perturbação — simultaneamente espacial, temporal e conceitual — que se torna possível compreender por que certas imagens, figuras e metáforas, como a do navio, assumem um papel central na obra foucaultiana, condensando em si a experiência do desvio, da passagem e da deriva.

A metáfora do desvio/deriva naval

A imagem do navio percorre a obra de Michel Foucault como um signo inquietante de deslocamento, incerteza e descontinuidade (Fornel Junior, 2016). Desde a *História da loucura*, que se inicia com a nau dos loucos, até suas reflexões sobre heterotopias, segurança e subjetividade, o navio não se limita a um espaço de exílio ou de exclusão, mas encarna um movimento perpétuo de deriva — um espaço que não se fixa, um espaço localizável alhures.² A “nau dos loucos” era, afinal, ao mesmo tempo um confinamento e um atravessamento: não apenas um meio de isolar a loucura da cidade, mas um vetor que a mantém circulando, tornando-a visível e enigmática ao mesmo tempo.

Essa navegação do louco é simultaneamente a divisão rigorosa e a Passagem absoluta. [...] se ele não pode e não deve ter outra prisão que o próprio limiar, seguram-no no lugar de passagem. Ele é colocado no interior do exterior, e inversamente. [...] A água e a navegação têm realmente esse papel (Foucault, 2019, p. 11-12).

A própria categoria clássica da loucura, longe de ser apenas um elemento marginal da sociedade, aparece como um limiar, um ponto de inflexão em que a razão se vê confrontada consigo mesma. “A desrazão não se reencontra como presença furtiva do outro mundo, mas aqui mesmo [...]. O desatino é ao mesmo tempo o próprio mundo e o mesmo mundo separado de si apenas pela fina superfície da pantomima” (*ibidem*, p. 361-362). A loucura não se encontra em um “além” absoluto, mas no próprio tecido do real, separada apenas por um deslocamento sutil, quase imperceptível — assim como o navio não pertence nem à terra nem ao mar, mas oscila entre ambas, sem jamais se fixar.

A metáfora do navio carrega, portanto, uma tensão fundamental: ao mesmo tempo que delimita e segrega, também inaugura novas possibilidades de experiência. Essa ambiguidade reaparece no conceito foucaultiano de heterotopia, descrita como um “pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, uma deriva infinita” (Foucault, 2013, p. 30). O filósofo salienta que esses lugares “permitem que todo mundo entre, mas, na verdade, uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de uma ilusão e que se entrou em parte alguma” (*ibidem*, p. 27). Logo, a heterotopia é também uma promessa de passagem que, ao invés de levar a outro lugar, desestabiliza as coordenadas da própria localização.

Essa metáfora da deriva naval aparece também em dois cursos tardios de Foucault (2004, 2008): *Segurança, território, população* e *A hermenêutica do sujeito*. Em ambos os casos, a ênfase recai sobre o governo dos espaços e das subjetividades, e o navio, como símbolo, reaparece como uma figura de controle e risco. Se no contexto renascentista a nau dos loucos funcionava como exílio dos corpos

² Mesmo em *As palavras e as coisas*, conforme comenta Umberto Eco (2015, p. 49), assistimos “a uma espécie de teatro da desconstrução e da deriva infinita”.

desviantes, em *Segurança, território, população* o desvio se torna uma questão central para a biopolítica: os fluxos devem ser regulados, mas nunca completamente interrompidos. A deriva, nesse sentido, não é apenas um acidente, mas um elemento estrutural da governamentalidade moderna. Já em *A hermenêutica do sujeito*, o navio representa uma prática de si, um modo peculiar de existência capaz de atravessar as (ou de se desviar das) instabilidades da vida.

Vê-se com isso que, ao longo de sua obra, Foucault adensa a metáfora do navio. Ele não a restringe a um dispositivo de exclusão ou punição, mas a repensa enquanto experiência do limiar, do desvio que se insinua dentro da própria normalidade. O navio não está além das normas, mas é um efeito delas, um espaço que emerge da normalização e, ao mesmo tempo, expõe suas incongruências. Por extensão, o que Foucault parece sugerir é que todo sistema carrega, em sua própria estrutura, a iminência da deriva, do acaso e da descontinuidade — elementos que não surgem de fora, mas que se articulam no interior das próprias regras que organizam o mundo. O desvio, portanto, não é uma exceção, mas contingência.

No fim, esse navio de Foucault não nos leva para outro lugar: ele apenas faz com que percebamos que o lugar em que estamos pode se tornar ou já ser outro. Essa é a potência da metáfora da deriva: não uma fuga ou uma evasão para além da ordem, mas um movimento que desnuda as condições mutáveis daquilo que tomamos como fixo e determinado.

Se a heterotopia é um espaço “flutuante”, não é porque ela se situa em um “fora” absoluto, mas porque sua própria condição é de deslocamento, de oscilação entre o que já conhecemos e aquilo que ainda não percebemos. Ao operar como figura do limiar, da circulação e da deriva, o navio explicita que o desvio não se situa fora das normas, mas emerge de sua própria lógica de funcionamento. Essa ambiguidade entre controle e risco, exclusão e possibilidade, permite compreender a heterotopia menos como um lugar excepcional e mais como um modo instável de inscrição no presente, o que nos conduz a interrogar não apenas os espaços outros, mas o próprio tempo em que esses espaços se tornam pensáveis.

O dilema heterotópico do presente

Partindo do pressuposto segundo o qual toda heterotopia não escapa do tempo-espaço presente, essa noção nos leva a questionar como tal presente pode ser propriamente situado, imaginado, (re)figurado. Mais detidamente, quais são os dilemas, impasses ou “pontos cegos” nos modos heterotópicos de se situar no mundo presente? Com isso, insiro a seguir uma breve digressão para depurar o aspecto temporal e ficcional que costuma ser relevado na acepção imediata das heterotopias enquanto de espaços outros, contraespaços, lugares heterogêneos.

Um dos dilemas mais imediatos é a noção de um presente homogêneo, do tempo medido pelo relógio, o que costuma acompanhar uma visão idealizada de povos e nações caminhando na mesma direção, ainda que em velocidades diferentes. As forças econômicas combinadas com esse ideal de progresso colocam uma ênfase permanente no futuro — enquanto tempo vazio, aberto, a ser preenchido —, ao passo que a produção industrial e os meios de exploração do trabalho colocam em jogo a própria possibilidade desse mesmo “futuro” — que então se mostra já “abarroado” de iminências irremediáveis.

No entanto, esse lugar comum é impreciso: muito do futuro (os impactos, por exemplo, das mudanças climáticas) já existe no presente que, por sua vez, carrega em si certa presença do passado (o acúmulo de poluição na atmosfera). Tal encadeamento, portanto, não é livre e arbitrário, como se o

futuro fosse um vazio a ser preenchido com infinitas possibilidades; mas também não é evidente e predeterminado, como se nossas ações no presente fossem inócuas, e eventos inesperados, impossíveis. Se na década de 1930, por exemplo, muitos designers estadunidenses — Norman Bel Geddes, Henry Dreyfuss, Raymond Loewy etc. — prefiguraram ficções de um futuro idílico pautado no consumo em larga escala, fazendo-o parecer plausível e desejável (Andrews, 2009), hoje os climatologistas registram as consequências globais dessa utopia que segue em vigor. Em meio a temporalidades tão distintas que coexistem, o dilema que se impõe diz menos respeito a como imaginar o futuro (que segue sendo esvaziado ou preenchido) do que a como imaginar o presente, no tempo fraturado que o constitui.

A noção de heterotopia ajuda a compreender tal sorte de dilema. Se Foucault (2013, p. 25) teve o cuidado de pontuar que as heterotopias também “são frequentemente ligadas a recortes singulares do tempo”, talvez seja porque o próprio presente possa ser tomado como o tempo heterotópico por excelência, posto que nunca é o mesmo para todos e está em constante deslocamento, ou seja, sempre em outro tempo e lugar. E a heterotopia, nesse sentido, em vez de prefigurar um tempo por vir, como a utopia ou a distopia, funciona como uma ficção do presente que escancara as múltiplas possibilidades de imaginar o mundo, colocando em xeque os parâmetros vigentes que legitimam certas imagens de mundo em detrimento de outras.

Heterotopias são lacunas ficcionais que se abrem no emaranhado do aqui-agora; são brechas que nos permitem vislumbrar certos limites do que é pensável e possível em um dado momento. Ora, se obviamente não há como escapar das condições do pensável e do possível, é esse próprio impasse o que podemos denominar “dilema heterotópico” enquanto exercício de imaginar/figurar outros modos de pensar. Não é o caso de mirar no impossível, mas nas próprias coordenadas do possível, deslocando-as e recombinaando-as para tentar vislumbrar certo potencial não realizado do presente. Se o presente está sempre prenhe de possibilidades cuja efetivação não é nem arbitrária nem predeterminada, são as heterotopias que abrigam a dimensão do possível. Mesmo quando se trata de imaginar novos mundos, novas formas de interação, novas fontes de energia e até cenários distantes no futuro, o que de fato se imagina são as consequências, no presente, de tais ficções.

É nesse sentido que, tomando a si mesmo como um desvio heterotópico, o filósofo espanhol Paul B. Preciado (2023) argumenta, em *Dysphoria mundi*, que os sujeitos e suas identidades são, ao mesmo tempo, ficções e o efeito material dessas ficções. E que, por conseguinte, toda realidade só pode ser contestada ou disputada a partir das ficções que já existem de forma latente ou manifesta nessa mesma realidade. Preciado (*ibidem*, p. 210) definiu como “ontologia-ficção” essa dinâmica pela qual algo pode passar a existir, ou deixar de existir, ou ainda tornar-se outra coisa: “a arte de inventar a existência do in-existente ou de fazer com que um in-existente que passava por natural deixe de existir”. Tal visada deriva da genealogia foucaultiana que, ao investigar o (des)aparecimento histórico de certas técnicas, práticas e subjetividades, evidenciou a constante atualização/descontinuidade de ficções que, em certo momento, simultaneamente existem e não existem — isto é, “in-existem”.

Por sua vez, Didi-Huberman (2018, p. 77) recorre à heterotopia para explicar os procedimentos de Aby Warburg para fazer funcionar seu célebre atlas *Mnemosyne* “tal qual uma verdadeira *heterotopia da história da arte*”. Nesse sentido, o autor se apropria dessa noção foucaultiana enquanto um princípio operatório que confere uma maior reserva de imaginação, fundada menos na coerência representacional do que na montagem, na variação e na vizinhança súbita de formas sem lugar comum.

O projeto warburgiano, afinal, não visava organizar a história da arte segundo um princípio ordenador de continuidade, e sim criar as condições para que algo se torne visível no intervalo entre imagens anacrônicas, no contato improvável entre sintomas psíquicos e visualidades heterogêneas. Aqui a heterotopia, portanto, passa a ser compreendida como um fluxo insondável de possibilidades e atualizações imaginárias, movido por um deslocamento do olhar que “torna visível o que é visível, faz aparecer o que está tão próximo, tão intimamente ligado a nós que, por isso mesmo, não o vemos”, conforme Foucault (2011, p. 246) descreveu certos filósofos capazes de entrever toda uma época.

Didi-Huberman também associa esse princípio heterotópico a um “gaio saber”. Pois quando Nietzsche (2001, V, § 355, p. 251) afirmou que “O familiar é o habitual; e o habitual é o mais difícil de conhecer, isto é, de ver como problema, como alheio, distante, ‘fora de nós’”, ele acabou por formular certo princípio epistemológico que atravessa tanto o atlas de Warburg quanto as heterotopias que Foucault descreveu: reconhecer o mundo é, antes de tudo, torná-lo estranho, problemático. Para tanto, como explica Didi-Huberman (2018, p. 118), “é preciso dispor as coisas de tal maneira que a estranheza delas surja a partir de contatos tornados possíveis pela decisão de ultrapassar os limites de categorias preexistentes, dentro dos quais as coisas estavam mais calmamente ‘organizadas’”. A heterotopia, nessa chave, também designa um dilema que perpassa o presente sem cessar, deslocando-o, desmobilizando-o. Em sua dimensão ficcional, ela não se limita a fabular outras realidades, mas gesta outras possibilidades de uma mesma realidade, outras coordenadas de interpretação, isto é: ela engendra um estranhamento, como exercício de releitura do mundo capaz de (res)situar-nos no presente.

O dilema heterotópico do presente, portanto, não reside na oposição — ela própria ficcional — entre realidade e ficção, mas na maneira como certas ficções operam como dispositivos de leitura, contestação e reconfiguração do real. Ao evidenciar a coexistência de temporalidades heterogêneas e a instabilidade das coordenadas do possível, a heterotopia funciona como uma ficção do presente que não projeta um além, mas desloca o aqui-agora. Tal perspectiva exige, contudo, um exame mais detido ao estatuto ontológico dessas ficções: em que medida elas afirmam o real, o suspendem ou o duplicam? É nesse ponto que se torna necessário explorar a distinção entre ficção e ilusão, bem como situar a heterotopia no interior de uma economia mais ampla das formas de existência possíveis.

A heterotopia ontológico-ficcional

A partir da discussão anterior, podemos definir o presente, de maneira geral, enquanto uma teia de relações imaginárias que circunscreve tanto as experiências atuais quanto as possíveis. E uma vez que essa malha possui, como vimos, um caráter dinâmico e potencialmente problemático, interessa-me certos arranjos ficcionais que, nos termos de Foucault (2001, p. 414), “têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas”. A heterotopia é esse posicionamento (*emplacement*) desde o qual são desencadeadas outras relações e conformações passíveis de serem realizadas, podendo ser analisadas a partir de sua diferenciação em relação a uma configuração inicial.

Por outro lado, tal noção poderia ser contraposta ao que Clément Rosset (2004) denomina *ailleurs* (“em outro lugar”), como situação ilusória que se estabelece quando o real se torna insuportável e é então denegado pela lógica de certas ficções. Sob esse viés, a heterotopia poderia ser entendida como

uma recusa do real e, portanto, como uma ilusão. Mas embora a ilusão seja um tipo de ficção — não sendo conceitos equivalentes —, do ponto de vista trágico defendido por Rosset o real é fundamentalmente estruturado por ficções (não necessariamente ilusórias). Algumas teses de Nietzsche (2007) em torno da verdade e da mentira ajudam a compreender essa concepção, teses estas que Rosset (2006, p. 69, trad. minha) sintetiza da seguinte maneira: “o real não se define por sua relação com o imaginário, mas por sua relação com o ilusório. Em outras palavras, [...] o imaginário é uma das formas de apreensão [d]o real, enquanto a ilusão é a maneira por excelência de negação do real”.

A ilusão é a ficção que desaprova o real ao duplicá-lo: de um lado, uma realidade tida por indigesta, falsa, degradada; de outro, uma “verdadeira” realidade escondida, a ser descoberta ou recuperada — e que só faz sentido em oposição àquela outra parte. É como se pudéssemos separar em lugares distintos as facetas de um mesmo mundo, como instâncias isoladas que, no entanto, mantêm-se vinculadas entre si. Bem diferente é a ficção, como me parece ser o caso das heterotopias, que afirma de saída todas as facetas possíveis do mundo, em suas aparentes contradições, por mais que ela própria possa suspender, neutralizar ou inverter a realidade em que se insere.

Para ilustrar essa ideia, convém abreviar como tanto Foucault quanto Rosset já descreveram o esforço de apreensão, em vez de fuga ou ruptura, que Dom Quixote (de Cervantes) mantém com a realidade. Embora o cavaleiro errante encare o mundo com certa extravagância imaginativa, em nenhum momento ele o rejeita ou tenta substituí-lo por qualquer outro. Se ele “Inverte todos os valores e todas as proporções, [é] porque acredita, a cada instante, decifrar signos” (Foucault, 1999, p. 67). E quando Sancho Pança e a própria realidade o contradizem, o imaginário da cavalaria vem para preservar a coesão deste mundo, como que preenchendo as brechas “daquilo que há de constitucionalmente frágil na realidade mesma” (Rosset, 2006, p. 112, trad. minha). Por sua vez, Sancho também procura, à sua maneira, preservar a ordem e a coerência do mundo, só que recorrendo às ficções do senso comum acerca da concretude e da estabilidade do “mundo real”. Ou seja, mais do que realidades em disputa, há diferentes leituras. Não obstante, as duas coisas são facilmente tomadas uma pela outra, o que revela a arbitrariedade dos princípios de realidade, tanto quanto dos delírios imaginários: de um lado, Sancho alertando o amigo de que nada daquilo é real; de outro, Dom Quixote repetindo que não há nada que não possa ter sido “enfeitiçado”.

Voltando à heterotopia, se ela duplica o real ao figurar outras relações possíveis, e mesmo outras realidades possíveis, poderia ser entendida como ficção ilusória? Não necessariamente. Porque o caráter ilusório tem mais a ver com a negação do real do que com sua duplicação. Nesse ínterim, Foucault (2001, p. 420-421) estabelece duas funções possíveis das heterotopias: “Ou elas têm o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real [...] Ou, pelo contrário, criando um outro espaço, um outro espaço real [...] Isso seria a heterotopia não de ilusão, mas de compensação”.

De modo similar, Rosset (2006) estabelece uma distinção entre “duplos de duplicação” e “duplos de substituição”. Os primeiros — análogos ao que Foucault entende por heterotopia de compensação — podem até gerar dúvida entre o que é imaginário e o que é real, mas em nenhum momento resta a dúvida de que há uma instância real e uma imaginária. É o que ocorre, por exemplo, quando lemos uma ficção literária, assistimos a um filme ou jogamos um videogame: não confundimos a realidade diegética com a nossa. Já os duplos de substituição são necessariamente ilusórios porquanto sua função seja a de eliminar o real fazendo-se passar por este, graças a um efeito de inversão que

afirma sua existência por meio da anulação de outras ficções — quando, por exemplo, alguém passa a acreditar que demônios ou seres alienígenas são entidades físicas, não restando mais distinção entre metáfora e literalidade.

A heterotopia, portanto, pode ser ilusória quando acaba por se sobrepor ao real, ao modo das utopias ou distopias que buscam, respectivamente, superar ou se conformar a uma parte indesejável do real. No entanto, as “heterotopias do presente” que interessam a este estudo enquanto princípios ficcionais não se configuram dessa maneira, porquanto apenas exprimem ficções que já se encontram de forma latente no real — “in-existentes”, nos termos de Preciado —, mesmo que de forma a contestar ou reimaginar uma das instâncias que o conformam no presente. Isso reitera o caráter dinâmico do tempo presente que, embora demarcado por uma série de condições de possibilidade, é também passível de inúmeras reconfigurações: as coisas e eventos assumem determinadas posições transitórias de acordo com as mediações, as disputas, as redes e os posicionamentos que se estabelecem, em lugares sempre situados, a cada momento.

Ao distinguir a heterotopia das ficções ilusórias que buscam negar ou substituir o real, torna-se possível compreendê-la como um princípio ontológico-ficcional que opera por duplicação, e não por evasão. A heterotopia não se sobrepõe ao mundo nem o corrige a partir de um ideal, mas faz emergir, no interior do próprio presente, relações latentes, inacabadas ou ainda não realizadas. Essa dinâmica reforça a compreensão do presente como um campo móvel de possibilidades, no qual diferentes posicionamentos podem ser atualizados sem jamais se estabilizarem definitivamente. Resta, então, examinar como essas heterotopias do presente se manifestam enquanto gesto crítico e criativo, isto é, como práticas de releitura capazes de nos ressituar no tempo que habitamos.

Considerações finais: heterotopias do presente

Ao longo deste estudo, procurei deslocar a noção foucaultiana de heterotopia de uma leitura estritamente espacial para uma compreensão ampliada, na qual espaço, tempo e ficção se entrelaçam como operadores críticos do presente. Partindo da oposição entre utopia e heterotopia, passando pela metáfora da deriva naval e pelo dilema temporal que caracteriza o aqui-agora, argumentei que as heterotopias funcionam menos como lugares outros do que como dispositivos de estranhamento capazes de expor as condições instáveis do real. Resta, agora, pensar em como essas heterotopias do presente se manifestam enquanto práticas de leitura, imaginação e existência, não como fuga do mundo, mas como reinscrição crítica nele.

É preciso, para tanto, assinalar na heterotopia certa brecha ontológica por onde é possível vislumbrar as potencialidades de uma realidade demasiado inteligível e sempre mutável. Trata-se de um lugar outro, um desvio marcado pela ambiguidade e que, juntamente com as permutações de rumos e sentidos, pressupõe o estabelecimento de uma sintonia com o presente. Esse tipo de vislumbre parece-me similar ao de Walter Benjamin (2003) que, ao se debruçar sobre a vida parisiense no fim do século XIX, reconstrói nas passagens ou arcadas urbanas uma multiplicidade de olhares e agenciamentos que não convergem em uma única época, senão em várias, e que não aludem apenas a uma realidade, senão a muitas.

As heterotopias do presente dizem respeito ao caráter arbitrário do que já ocorreu e que tornou o agora um tempo plausível. O fundamental é a percepção de que tudo “o que é” poderia não ter sido e está

sujeito a não ser mais. Perceber que tudo pode ser de outro modo implica propriamente um espaço outro, uma realidade que não está fora do real, mas que já existe, que é efetiva enquanto potência ficcional. Não se sabe o que pode advir dessa configuração atual, não existem certezas, o fluxo de acontecimentos é errante, e o lance de dados faz parte dessa natureza mutável do presente. Ao mesmo tempo, há sempre outras realidades possíveis, e imaginá-las requer, paradoxalmente, fazê-las coincidir com o real antes mesmo que se possa recusá-lo — portanto, no sentido inverso da utopia e das outras formas de ilusão.

Assim como o tempo presente, as heterotopias deslocam-se continuamente, não como fuga para outro mundo, mas como gesto de estranhamento criativo que lhes permita forjar novos horizontes e modos de vida nesse mesmo mundo. É esse impulso de estranhar e interrogar o mundo, afinal, o que sugere uma famosa proposição de Foucault (1995, p. 239): “Talvez, o mais evidente dos problemas filosóficos seja a questão do tempo presente e daquilo que somos neste exato momento. Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser”.

Quais as implicações, enfim, da noção de “heterotopia” nos modos de ler o presente? Primeiro, que reimaginar o presente não significa, necessariamente, vislumbrar outros mundos, mas antes outras possibilidades de um mesmo mundo. Segundo, mediante a condição tanto arbitrária quanto instável do presente, a sua deriva ficcional acaba por evidenciar a tensão criativa que há entre o exercício imaginativo e o de contestação e transformação, realizando-se lá onde essa mesma tensão possa ser entendida como realidade efetivamente possível e, ao mesmo tempo, sempre provisória e situada. Trata-se, por fim, de uma releitura do presente que mantém em vista o mundo tal como ele se apresenta, conduzindo-nos a ser, recursivamente, reposicionados nesse presente então relido.

É este o dilema que constitui a temporalidade heterotópica: não dá para escapar do presente, mas quando nele nos ressituaamos, ele pode tornar-se outro. Em outras palavras, é o reconhecimento de que o rio não cessa de correr e que, como advertia Heráclito, no momento seguinte já não seremos sequer os mesmos a atravessá-lo. Assim, o valor da heterotopia na obra de Foucault, a despeito de sua posição marginal — heterotópica —, talvez se revele pela capacidade do filósofo de jogar com outros presentes possíveis e de ressituar nossos modos de pensar e existir.

Declaração de disponibilidade de dados

O presente artigo tem como foco principal contribuições de natureza teórica ou metodológica, sem a utilização de conjuntos de dados empíricos. Dessa forma, conforme as diretrizes editoriais da revista, o artigo está isento de depósito no SciELO Data.

Referências

ANDREWS, T. Design and Consume to Utopia: Where Industrial Design Went Wrong. *Design Philosophy Papers*, v. 7, n. 2, p. 71–86, 2009.

BENJAMIN, W. *The Arcades Project*. Harvard: Harvard University Press, 2003.

DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas, ou, O gaio saber inquieto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. Col. “O olho da história” — vol. III.

ECO, U. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FORNEL JUNIOR, V. de V. *Os trajetos e os navios em Michel Foucault: a metáfora da navegação como matriz da experiência filosófica*. Dissertação de mestrado em Filosofia. São Paulo: PUC-SP, 2016.

FOUCAULT, M. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. "Outros espaços". In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 411-422.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito: Curso dado no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1, 2013.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

LAVAL, C. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*. São Paulo: n-1, 2019, p. 102-142.

PRECIADO, P. B. *Dysphoria mundi: O som do mundo desmoronando*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, F. *Sobre a verdade e a mentira*. São Paulo: Hedra, 2007.

ROSSET, C. *Le Réel: traité de l'idiotie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2004.

ROSSET, C. *Fantasmagorias: seguido de lo real, lo imaginario y lo ilusorio*. Madrid: Abada, 2006.

Editores responsáveis: Léo Peruzzo Júnior e Jelson Oliveira.

RECEBIDO: 26/01/2026

APROVADO: 29/06/2026

RECEIVED: 01/26/2026

APPROVED: 06/26/2026